

Monitor Mercantil – 15/10/2007

http://www.monitormercantil.com.br/mostra_noticia.asp?id2=45708&cat2=financeiro

Instituto Acende afirma que Luz para Todos é insustentável

O **Instituto Acende Brasil**, de investidores privados em energia, divulgou alerta para distribuidoras de energia do Nordeste e Norte em relação à grave situação econômica e financeira que poderão entrar se o governo não garantir novos subsídios para o programa Luz para Todos. Desde o ano passado, a mudança de regras e a falta de previsão de cobertura já impôs um déficit tarifário de 74% para a Celpa, do Pará, por exemplo. O Luz para Todos tem como meta ligar 100% da população brasileira até 2008.

Segundo o **presidente do Instituto, Claudio Sales**, a forma como está sendo conduzido o programa Luz para Todos é insustentável. Um levantamento divulgado nesta segunda-feira aponta que o desconhecimento dos elevados custos operacionais, redução na taxa de retorno sobre o custo de capital de 17,06% para 15,08% e adiamento da depreciação de investimentos levarão as empresas a déficits tarifários que devem colocar em risco seus setores financeiros ou levar o programa ao colapso.

Sales afirmou ainda que a grande dificuldade do setor é a inclusão de todos os custos com o programa dentro do teto de reembolso de 8% sobre a tarifa de energia, conforme já definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). "Não se sabe com base em que foi definido esse percentual e nem como as empresas terão que calculá-lo para chegar à eficiência" destacou o executivo.

Segundo o **Instituto**, além da Celpa, que apresentou prejuízo de R\$ 17,5 milhões com o Luz para Todos, a Coelce, no Ceará, e a Escelsa, no Espírito Santo, já registraram prejuízos de R\$ 22,6 milhões e R\$ 28,5 milhões, respectivamente. O déficit tarifário dessas empresas com o programa, segundo o levantamento, foi de 70% para a Coelce e de 62% da Escelsa. **Sales** apontou como solução para garantir a viabilidade do Luz para Todos, em sua reta final, a injeção direta de recursos do governo federal.

O programa Luz para Todos é financiado por 90%, em média, de recursos dos encargos setoriais cobrados na tarifa do consumidor e por 10% de financiados pelos estados. Um estudo técnico do Ministério de Minas e Energia (MME) mostra que o impacto do Luz para Todos pode chegar até 30% nas tarifas da Celpa, Sulgipe, Eletroacre, CEAM e CER.